



ENTREVISTA A JULIA MELGARES: FEMINISMO NA REGIÃO DE FRONTEIRA

ENTREVISTA A JULIA MELGARES: FEMINISMO EN LA REGIÓN DE FRONTERA

INTERVIEW WITH JULIA MELGARES: FEMINISM IN BORDER REGION

Sabina SEBASTI¹
Marcio CAETANO²

RESUMO

Nas regiões de fronteira as relações sociais se estabelecem na dinâmica dos fluxos migratórios, atravessadas pela condição de configurar uma demarcação geopolítica entre dois Estados, caracterizadas pelas inter-relações entre cidadãos, migrantes, estrangeiros, radicados ou em trânsito, que permanentemente integram as populações sobre uma ou outra margem. Tal como acontece em outras regiões fronteiriças sul-americanas, na área que abrange às cidades limítrofes de *Río Branco (Uruguay)* e *Jaguarão (Brasil)*, área foco deste estudo, as mulheres desenvolvem estratégias de sobrevivência que implicam cruzar o território em forma frequente. Uma parte significativa da população feminina se converte em transfronteiriça, opta pela birresidencialidade ou binacionalidade. O presente artigo pretende iniciar uma linha de investigação e discussão sobre as

¹ Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Educação, bolsista CAPES, UFPel, Pelotas, RS, Brasil, sabinasebasti@gmail.com

² Doutor, Professor Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, UFPel, Brasil, mrvcaetano@gmail.com

condições de vida das mulheres em uma região destas características. O método utilizado foi uma entrevista em profundidade realizada, em setembro de 2021, a Julia Melgares, política, ativista social e vereadora. As respostas concedidas pela entrevistada resultaram reveladoras da conjuntura social e econômica que define à condição da mulher nesta região de fronteira. Na biografia e na voz de Julia foi possível analisar como as habilidades das mulheres, para estabelecer vínculos relacionais, repercutiam nas suas situações de vida em uma região com escasso desenvolvimento humano, afetada pela falta de acesso aos serviços básicos do Estado, assim como também conhecer os desafios políticos da luta feminista local e como se articulam nas ações das organizações e movimentos sociais.

Palavras-chave: Feminismo; Região fronteira; Violência

RESUMEN

En las regiones de frontera las relaciones sociales se establecen en la dinámica de los flujos migratorios, atravesadas por la condición de configurar una demarcación geopolítica entre dos Estados, caracterizadas por las interrelaciones entre ciudadanos, migrantes, extranjeros, radicados o en tránsito, que permanentemente integran las poblaciones sobre una u otra margen. Tal como acontece en otras regiones fronterizas sudamericanas, en el área que abarca las ciudades limítrofes de Río Branco (Uruguay) y Jaguarão (Brasil), área foco de este estudio, las mujeres desarrollan estrategias de supervivencia que implican cruzar el territorio en forma frecuente. Una parte significativa de la población femenina se convierte en transfronteriza, opta por la birresidencialidad o binacionalidad. El presente artículo pretende iniciar una línea de investigación y discusión sobre las condiciones de vida de las mujeres en una región de estas características. El método utilizado fue una entrevista en profundidad realizada, en septiembre de 2021, a

Julia Melgares, política, activista social y edila. Las respuestas concedidas por la entrevistada resultaron reveladoras de la coyuntura social y económica que define a la condición de la mujer en esta región de frontera. En la biografía y en la voz de Julia fue posible analizar como las habilidades de las mujeres, para establecer vínculos relacionales, repercutían en sus situaciones de vida en una región con escaso desarrollo humano, afectada por falta de acceso a servicios básicos del Estado, así como también conocer los desafíos políticos de la lucha feminista local y como se articulan en las acciones de las organizaciones y movimientos sociales.

Palabras clave: feminismo; región fronteriza; violencia

ABSTRACT

In border regions, social relations are based on the dynamics of migration flows, traversed by the condition of being a geopolitical demarcation between two States, characterized by interrelations between citizens, migrants, foreigners, settled or in transit, which permanently integrate the populations on both sides. In the area that encompasses the cities of Río Branco (Uruguay) and Jaguarão (Brasil), focus area of this study, as well as in other border regions of South American, women develop survival strategies imply crossing the territory frequently. A significant part of the female population becomes cross-border, choosing for birresidentiality or binationality. The present article intends to initiate a line of research and discussion about the living conditions of women in a region of these characteristics. The method used was an in-depth interview given, in September 2021, by Julia Melgares, a politician, social activist and city councilwoman. The answers provided by the interviewee revealed the social and economic conjuncture that defines the condition of women in this border region. In Julia's biography and voice was possible to analyze how the women's ability to

establish relational bonds had impacted their life situations in a region with low human development, affected by the lack of access to basic state services, as well as to learn about the political challenges of the local feminist struggle and how they combine with the actions of organizations and social movements.

Keywords: feminism; border region; violence

1. Introdução e método

“Gostaria de contar, para começar... sobre como cheguei a viver em *Uruguay* e o que me levou a me dedicar à política” – me respondia Julia, com voz calma e pausada, enquanto começávamos a gravar a entrevista.

Julia Melgares, hoje vereadora da cidade de *Río Branco*, começou sua atividade política desde muito jovem. Suas convicções ideológicas não provieram de estudos regulares ou de pesquisas acadêmicas – como é o caso de quem escreve – porém, de um entendimento precoce das condições laborais que a afetavam. Fazia tempo que ela se sentava na frente da mesa sindical, representando a trabalhadores da sua categoria e negociando com a patronal, quando escutou pela primeira vez a expressão ‘consciência de classe’. O pensamento de Julia é um pensamento situado e, como explica Verónica Gago: “Un pensar situado es inevitablemente un pensar feminista. Porque si algo nos han enseñado la historia de las rebeldías, de sus conquistas y fracasos, es que la potencia del pensamiento siempre tiene cuerpo”³.

O presente artigo pretende analisar as respostas de Julia obtidas através de uma entrevista em profundidade que tivemos ocasião de realizar em setembro de 2021. As informações dadas pela entrevistada resultaram reveladoras da conjuntura – social e econômica – que define à condição da mulher nesta região de fronteira. Uma região cujo centro urbano está conformado pela cidade uruguaia de *Río Branco*, situada nas costas do rio Jaguarão, e, na outra margem, a cidade brasileira de Jaguarão, localizada no limite sul do Estado de Rio Grande do Sul. Lugar onde as relações sociais se tecem em dinâmicas particulares, atravessadas pela condição de configurar uma demarcação geopolítica entre dois Estados, caracterizadas pelas inter-relações

³ GAGO, Verónica. *La potencia feminista: o el deseo de cambiarlo todo*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2019.

entre sujeitos categorizados como cidadãos, migrantes ou estrangeiros, radicados ou em trânsito, que permanentemente integram as populações sobre uma ou outra margem. Na biografia e na voz de Julia foi possível analisar as implicações de ser mulher em uma região destas características e, em razão disso, quais resultaram ser as demandas e os principais objetivos da luta feminista local e como se articula nas ações das organizações e movimentos sociais.

2. Mulheres e regiões de fronteira: algumas aproximações

Os nexos entre feminismo e as questões de fronteira não são novos. A primeira vez que a mulher exerceu seu direito ao voto na América do Sul foi, precisamente, para decidir um assunto de fronteiras. Aconteceu em Urugua, em uma pequena localidade urbana chamada Cerro Chato. Um povo no qual convergem as fronteiras de três departamentos (divisões administrativas governamentais) diferentes e que tem a singularidade de estar – ainda hoje – regido por três municípios diferentes. O plebiscito consultivo, que teve lugar no dia 3 de julho de 1927, tinha como objetivo que a população local decidisse a qual municipalidade iriam pertencer em diante. Embora os resultados nunca foram aplicados, constituiu a primeira vez que a mulher sufragou na América do Sul. No plebiscito de Cerro Chato, a primeira em reivindicar seu direito à cidadania foi uma imigrante, uma afrodescendente de 90 anos, de origem brasileira, chamada Rita Ribeira, tal como assinala um trabalho realizado pelo “Centro de Estudios Históricos de Cerro Chato”⁴. Não foi por acaso que o sufrágio feminino se inaugurou, na história da América do Sul, debatendo sobre uma questão de fronteiras e com ativa participação de cidadãs imigrantes. Fronteiras e demarcações territoriais foram sempre regularmente atravessadas pelas atividades comerciais, sejam formais ou informais, pela circulação de mercadoria e pelos diferentes serviços que estabeleceram relações de proximidade, na legalidade ou na ilegalidade, consolidando contatos dinâmicos entre um e outro lado. As mulheres, tradicionalmente dedicadas às tarefas de cuidado, precisaram compreender esta lógica de intercâmbios para conseguir cumprir com suas necessidades e obrigações

⁴ URUGUAY XXI. *A 90 años del voto en Sudamérica*. Uruguay Natural: promoción de inversiones, exportaciones e imagen país, Gobierno del Uruguay, 2017. Disponível em: <<https://marcapaisuruguay.gub.uy/90-anos-del-primer-voto-la-mujer-sudamerica/>>. Acesso em: 30 maio 2022.

familiares de proteção. Desde a localização dos lugares onde comprar melhores alimentos, assim como os pontos onde aceder aos serviços de saúde, até o caminho da escola dos filhos, por exemplo, as mulheres se acostumaram a tecer suas economias e trocas sobre territórios que aprenderam a conhecer e transitar no dia a dia da rotina.

Qualquer imigrante precisa desenvolver com astúcia atividades relacionais para conseguir se adaptar rapidamente a uma região nova, a uma terra estrangeira. Da mesma forma, precisa também desdobrar atividades relacionais quem habita uma região fronteiriça sujeita às mudanças dinâmicas dos fluxos migratórios e das permanentes inter-relações entre diversas culturas, autoridades e nações. Como afirma a cientista social Menara Guizardi, no desenvolvimento das atividades relacionais se destacam, tradicionalmente, as mulheres:

Desde los estudios antropológicos de género, sabemos que en las sociedades patriarcales estas habilidades de fomento de vínculos relacionales – denominados trabajos de parentesco – recaen históricamente sobre las mujeres; son parte de sus sobrecargas en la división sexual del trabajo⁵.

Fronteiras supõem intercâmbios e, respeito às habilidades de adaptação das mulheres neste tipo de territórios, especialmente na América do Sul, continua Guizardi:

Esto implica que, en general, ellas disponen de más conocimientos y habilidades relacionales para entablar vínculos, y están más entrenadas para adaptarse situacionalmente a personas y relaciones diversas, estableciendo lazos y sistemas de intercambio. Se trata de una suerte de habilidad estratégica, que dota a las mujeres de unos conocimientos relacionales centrales para las lógicas económicas circulatorias que caracterizan los espacios fronterizos latinoamericanos⁶.

Nas regiões de fronteira, do nosso continente sul-americano, as mulheres costumam desenvolver estratégias de sobrevivência que implicam cruzar o território em forma frequente. Uma parte significativa da população feminina se transforma, portanto, em transfronteiriça, opta pela birresidencialidade ou diretamente pela binacionalidade, adquirindo cidadania – e, portanto, direitos – em ambos países limítrofes. Agora,

⁵ GUIZARDI, Menara. Las mujeres y las regiones fronterizas latinoamericanas: movilidades, violencias y agencias. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, 289, set-oct 2020. p. 70-80. Disponível em: <<https://www.nuso.org/revista/289/fronteras-latinoamericanas-mas-alla-de-los-limites/>>. Acesso em: 4 out 2021.

⁶ *Ibidem*.

deixemos que Julia nos conte um pouco mais sobre sua história, que resulta ilustrativa dessa situação:

“Eu sou filha de mãe uruguaia e pai brasileiro, me criei na cidade de Jaguarão, estudei sempre em escolas públicas e ainda sendo menor de idade comecei a trabalhar, pois provenho de uma família bastante humilde, com necessidades, e tinha que contribuir com minha mãe que era uma mãe solteira. Ela já tinha se separado do meu pai por ter sido vítima de violência doméstica. Somos quatro irmãos, eu sou a filha menor, todos trabalhamos desde muito cedo... eu comecei a trabalhar entre os 12 e 13 anos de idade para poder contribuir com nossas despesas e poder me comprar roupa e calçados, já que ficava pesado para minha mãe nos manter aos quatro e ainda pagar aluguel. Meus primeiros trabalhos foram no serviço doméstico, como babá ou na limpeza. No ano 2003 e 2004 começaram a se instalar vários comércios *free-shops* na fronteira uruguaia e assim surgiram, naquele momento, novas e melhores ofertas de emprego. Eu faço, no ano de 2006, a documentação para obter a cidadania uruguaia, à qual tinha direito, e vim viver a Río Branco (Uruguay) onde consegui trabalho em uma queijaria, mas continuei procurando trabalho até que em julho do ano 2007 comecei a trabalhar nos *free-shops*. Setor de atividade no qual trabalho até os dias de hoje. Nesse momento não havia, nesse setor de atividade, nenhuma organização sindical e por isso acontecia, com muita frequência, o que nós chamamos de manuseio dos trabalhadores em relação aos seus direitos, que eram constantemente vulnerados. Direitos violados por parte das classes patronais, que como no caso dos *free-shops* eram na maioria investidores estrangeiros que não cumpriam nem sequer com o básico dos direitos dos trabalhadores, assim como não respeitavam a jornada de oito horas, pois sempre exigiam a realização de horas extras sem que pudéssemos ter direito a escolher, como estabelece a lei, e logo depois a remuneração das horas trabalhadas muitas vezes não eram pagas como correspondiam. Foi assim que no ano de 2009, junto com outros companheiros e companheiras, decidimos organizar o que constituiu a primeira organização sindical de trabalhadores de *free-shops* em todo o país e, imediatamente, começamos a nos capacitar sobre nossos direitos e a nos formar. Um ano e meio depois, eu me achava sendo a primeira dirigente sindical desse setor de atividade, integrando o conselho diretivo nacional da Federación Uruguay de Comercio y Servicios (FUECYS). No momento em que ocupei esse cargo, a federação já tinha 80 anos de história no país, sendo o quinto maior sindicato em Uruguay, e eu passei a ser a mulher mais jovem a

ocupar um cargo na direção nacional da federação. Naquela época não tinha tantas mulheres como hoje tem, mudança que se deu através da luta do movimento feminista que impulsionou a participação das mulheres nos âmbitos de representação social, sindical e política. Nós nos sentimos parte da luta porque entendemos que deve continuar esse crescimento, que devemos ocupar esses espaços de representação em todos os âmbitos da sociedade, principalmente na participação e representação política partidária... Assim se inicia minha militância desde um contexto nacional, pois eu era a única dirigente a nível nacional desta região do país, com apenas 23 anos. Desde então e até os dias de hoje, continuamos na direção nacional, passamos por vários congressos, mas seguimos estando. Fiz cursos de negociação coletiva de direitos trabalhistas e assim poder representar aos trabalhadores no Ministério do Trabalho em negociações bipartidas, nos diferentes âmbitos.”

Julia considera as atividades sindicais de defesa das fontes de emprego e das condições do trabalho como base de sustentação do empoderamento feminino. A sua fala não costuma insistir em questões identitárias de reconhecimento do lugar da mulher, nem em enfoques culturais de visibilidade ou invisibilidade das demandas feministas. Como socialista, Julia, não subestima a luta por melhores condições socioeconômicas. Para ela, o posicionamento político do feminismo não deveria passar por se constituir “em uma variante da política de identidade. Uma variante progressista, de fato, mas uma que tendia, contudo, a estender em excesso a crítica da cultura, enquanto subestimava a crítica da economia política”⁷ como descreve Nancy Fraser. Julia insiste, com ênfase, na crítica da economia política e na defesa de um posicionamento ideológico socialista e combativo que, em instâncias administrativas e legislativas concretas, compense o avanço do capitalismo neoliberal. “Porque também entendemos” – continuava Julia – “que a violência de gênero é uma violação aos direitos humanos. A mulher, pelo simples fato de ser mulher, tem sofrido, no decorrer da história, o poder do homem sobre ela... eu vejo na luta pela igualdade de gênero uma luta pela igualdade dos direitos. Nós, no passado, costumávamos ser propriedade primeiro dos nossos pais que nos vendiam em acordos matrimoniais aos nossos futuros esposos, que logo depois passavam também a nos dominar. Assim

⁷ FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 14, n. 2, jul/dez 2009. p. 11-33. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2009v14n2p11>.

como os homens eram os donos das terras – e também dos escravos em tempos da colonização e da conquista – também fomos consideradas uma propriedade, com finalidade reprodutora... sendo forçadas a ter relações sexuais.”

As cidades de Jaguarão e de Río Branco se situam na região do Pampa, caracterizada por extensões territoriais tradicionalmente dedicadas à exploração ganadeira e, atualmente, também à exploração florestal e às monoculturas. Uma região conformada por latifundiários que ainda hoje parecem não querer desistir de alguns costumes da época da conquista. As demarcações territoriais entre ambos países foram estabelecidas a menos de duzentos anos e durante muito tempo – antes e depois –, grande parte da região conformada por planícies entre rios e lagoas, ganhou a denominação de ‘campos neutrais’. Terras sinuosas e desoladas onde se escondiam fugitivos e derrotados políticos, terras que ainda não estavam sujeitas à jurisdição de um Estado, campos neutrais também porque, pela mesma ausência de lei, eram submetidos ao despotismo de caudilhos locais. Tendo em conta que todo processo colonizador consistia na apropriação de terras e implicava, como objetivo seguinte à privatização das terras, a privatização do corpo feminino, esses territórios *pampeanos* permaneceram, no decorrer da história, mais que como campos neutrais, como campos hostis à condição de vida das mulheres.

“El cuerpo femenino (...) reemplazó a los espacios comunes (especialmente las tierras) tras su privatización”⁸ afirma Verónica Gago. Logo depois da privatização e colonização das terras, as mulheres ficaram submetidas ao fato de ter que explorar seus corpos. “Las mujeres así privatizadas, como botín de guerra del inicio del capitalismo”⁹ passariam a cumprir a função de reprodutoras, amparadas na suposta proteção de um matrimônio burguês ou venderiam seu corpo como força de trabalho, seja nas tarefas domésticas ou na prostituição. O corpo feminino, assinala a autora, resultou ser mais uma vítima da repressão colonial.

Sexo limpio entre sábanas limpias: éste fue el objetivo de la racionalización capitalista de la sexualidad que aspiraba a convertir la actividad sexual de las mujeres en un trabajo al servicio de los hombres y de la procreación. Además, era una forma de sedentarizarlas. Para ellas era mucho más difícil convertirse en vagabundas o trabajadoras migrantes, porque la vida nómada (...) las

⁸ GAGO, Verónica. *La potencia feminista: o el deseo de cambiarlo todo*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2019.

⁹ *Ibidem*.

exponía a la violencia masculina, y por entonces – en el momento de la organización capitalista del mundo – la misoginia estaba en aumento¹⁰.

A vida sedentária consistia praticamente na única opção de sobrevivência para as mulheres que habitavam uma região na qual o nomadismo era perigoso. Porém, existiram na região mulheres – principalmente durante o século XIX e começos do século XX – que se dedicavam ao comércio ambulante, produzindo alimentos em pequena escala, comprando e revendendo mercadorias no varejo, em suas carretas, barracas ou quitandas, eram as chamadas *quitanderas*. Denominação que logo depois adquiriu também um significado pejorativo, sendo adjudicado às mulheres dedicadas à prostituição e como expressão de condena, de forma geral, a qualquer atividade feminina nómade, abrangendo na mesma categoria de prostituta ou vagabunda a toda aquela que não estivesse sedentarizada no compromisso do casamento. Assumir o matrimônio, ao serviço de um dono de terra, era uma tentativa de preservar a própria vida, embora não faltassem situações de violência também nos âmbitos domésticos. A violência de gênero devia ter sido aterradora nessas regiões desoladas, onde as possibilidades de escapar com vida diante dos abusos e agressões eram escassas; não obstante, estas asseverações não constituem mais que suposições, talvez, utilizando uma expressão foucaultiana, meras reconstruções arqueológicas baseadas em indícios revelados apenas em fatos e relatos familiares, preservados na tradição oral e resgatados na letra de algum escritor. Pois, desgraçadamente e para perda irreparável do conhecimento acerca de nossa própria história: “as pesquisas sobre violência contra a mulher e de gênero, expressas nas relações interpessoais no espaço doméstico ou conjugal, iniciaram-se [recém] a partir da década de 1980¹¹”.

3. Situação da mulher na região e na pandemia: resultados e discussões preliminares

Uma das perguntas que nos interessou realizar a Julia, foi se ela considerava que trazia benefícios – ou não –, para as condições de vida da mulher, o fato de habitar em uma região de fronteiras. Uma interrogante que pretendia desvelar de que maneira

¹⁰ *Ibidem*.

¹¹ BANDEIRA, Lourdes Maria. Patriarcado, poder e violência. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V. *Mulheres e violências: interseccionalidades*. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. p. 14-35.

as habilidades das mulheres, para estabelecer vínculos relacionais, repercutiam em melhoras em suas situações concretas. Mas, as respostas de Julia não foram otimistas, começando primeiro por uma breve descrição do panorama político e social da região, falou de como a falta de presença do Estado afeta à mulher:

“No departamento onde nos encontramos [Cerro Largo] ..., é o único departamento de Uruguaio que tem dois fronteiras com Brasil no mesmo departamento, cidades de fronteira que são consideradas cidades do interior, em zonas que muitas vezes têm menor acesso à informação, com pessoas que têm menos formação educativa e, por conseguinte, menos formação social e política. Cerro Largo é também o penúltimo departamento do país em desenvolvimento humano, um indicador social baseado na moradia digna, nas expectativas de vida, na educação básica e nos ingressos... Quando a sociedade tem pouca informação e pouco conhecimento, então, acontece que tem mais medo e acaba acreditando no que se diz por aí, na fofoca do povo, no que comentou um vizinho e, assim, os habitantes são mais facilmente manipulados pelo clientelismo político, prática que tem sabido desenvolver os partidos políticos conservadores da região, que hoje governam, prometendo algum favor ou benefício em troca de votos. Enfim, um jogo político oportunista que especula com as necessidades da população.”

“Sobre se traz ou não benefícios na condição da mulher viver numa região de fronteira? Pelo contrário!” – continuava Julia – “eu acho que temos que redobrar constantemente nossos esforços, defender nossos direitos e conquistas e tentar ser cada dia mais fortes para mudar a realidade. Nós estamos numa fronteira onde o tráfico de mulheres é muito significativo e pouco se fala. Aqui na fronteira sofremos a passividade diante do tráfico de pessoas para a exploração sexual e a passividade diante da violência de gênero. Existem muitas mulheres brasileiras morando no lado uruguaio, sem documentação, vítimas de violência, tendo que suportar seus agressores porque não tem outra alternativa, sem amparo do Estado. Faz muitos anos que estamos lutando, e seguiremos lutando, por uma casa binacional de mulheres, para que justamente se possa abrigar às mulheres em situação de vulnerabilidade, vítimas da violência doméstica ou vítimas da violência que seja... Lamentavelmente, o atual governo tem recortado vários projetos e programas que se realizavam através do ministério de desenvolvimento social e que, justamente, criavam as ferramentas que de certa maneira protegiam e davam mais condições às mulheres. Eu entendo

que é maior a vulnerabilidade das mulheres nas regiões de fronteira... existem muitas mais possibilidades de que se cometam explorações e violações de todos os direitos.” A respeito dos casos de feminicídio e de violência doméstica e de gênero, enquanto dialogávamos com Julia surgiu a inquietude de desvendar se nos tempos de pandemia efetivamente houveram mais feminicídios na região. Até o momento não sabíamos nada além de certos alertas difundidos através de diversos meios de imprensa.

Nos primeiros meses da pandemia de Covid-19, em maio de 2020, a organização ONU Mulheres lançou uma campanha mundial, à qual aderiram os países da região, alertando sobre os riscos que poderia acarretar para as mulheres em situação de vulnerabilidade o isolamento durante a pandemia. No Uruguai, Mónica Bottero, a diretora do Instituto Nacional de las Mujeres, revelou em uma entrevista concedida ao jornal El País, realizada em novembro de 2020, que as chamadas telefônicas por consultas e denúncias de violência doméstica tinham mais que triplicado durante a pandemia, porém, isto não necessariamente constituía um indicador de aumento de casos. “La directora de Inmujeres, Mónica Bottero, dijo a El País que el incremento total de las consultas no se corresponde con un aumento proporcional de la cantidad de personas atendidas”¹². A diretora destacou que as campanhas de comunicação massiva de conscientização, em geral, provocam um aumento das consultas, como aconteceu a partir do lançamento da última, em março de 2020. “A partir de esa campaña, las llamadas se dispararon de manera muy notoria, recuerda Bottero”¹³.

Considerando o efeito que causaram na opinião pública as campanhas de prevenção de violência doméstica no começo da pandemia, resulta difícil descobrir se a quantidade de consultas e denúncias que depois aconteceram, durante os meses de confinamento, corresponderam a um aumento real do número de casos. Por tanto, pretender confirmar a hipótese de que efetivamente existiu um aumento de casos de violência doméstica e de gênero durante a pandemia, significava procurar dados reais e descobrir aquilo que, efetivamente, houvesse acontecido na região que era o foco do nosso estudo. Com esse objetivo, fomos às delegacias de uma e outra cidade para solicitar informação. A cidade de Río Branco conta com uma delegacia da mulher, ou

¹² DELGADO, Nicolás. *La otra cara de la pandemia: las consultas por violencia doméstica aumentaron 25%*. El País, Montevideo, 25 nov 2020. Disponível em: <<https://www.elpais.com.uy/informacion/sociedad/consultas-violencia-domestica-aumentaron.html>>. Acesso em: 7 out 2020.

¹³ *Ibidem*.

seja, uma unidade especializada em violência doméstica e de gênero, na qual nos manifestaram que sim notaram um aumento das denúncias e consultas durante a pandemia, porém, bem poderia ter sido consequência do crescimento significativo da população da cidade que aconteceu no mesmo período. Por outra parte, a cidade brasileira de Jaguarão não conta com uma delegacia especializada em violência doméstica, por conseguinte, as denúncias são feitas na delegacia da polícia civil, onde nos informaram que as ocorrências deste tipo ficam misturadas nos registros junto com outros tipos de ocorrências. Um passo a seguir, aos efeitos de continuar com a pesquisa, implicaria acudir a outras instituições estatais para tentar reunir mais informação a respeito, entre elas: a promotoria pública de ambas cidades e também ao Ministerio de Desarrollo Social em Rio Branco.

Uma primeira conclusão acerca desta problemática, consiste em deixar em evidência a falta de informação e o difícil que resulta acessar às cifras e aos dados oficiais sobre violência doméstica e de gênero. Sucede também que as instituições de defesa dos direitos da mulher são organizações relativamente novas e na medida que aprofundam suas campanhas de informação, a população feminina, em geral, começa a se sentir mais confiada em acudir aos serviços públicos em busca de ajuda, o que produz um aumento, não necessariamente de casos, mas do registro dos casos e das consultas. Resumindo, ainda não contamos com informações estadísticas acessíveis e se precisaria de registros gerados a partir da coordenação e colaboração conjunta entre diferentes repartições estatais – como delegacia, promotoria e prefeitura – para conhecer o número de casos reais de violência, doméstica ou de gênero, e assim realizar um seguimento desta problemática a partir de dados confiáveis. Lograr articular e viabilizar este tipo de dados significa um desafio político para as ativistas e as organizações sociais da região que lutam pela condição da mulher. Esse seria precisamente o caso do coletivo Mujeres de Frontera / Mulheres de Fronteira, uma organização da sociedade civil que pugna pela igualdade de gênero em ações comunitárias e campanhas de conscientização que se levam a cabo a ambas margens do rio, de forma transnacional, entendendo que só na coordenação de esforços e na cooperação de instituições é possível oferecer soluções a este problema.

Uma segunda conclusão, porém, mais do que uma conclusão seria um segundo tópico de discussão, consiste em analisar aquilo que Julia definia como a falta de presença do Estado na região, quando chamava a atenção, nas suas respostas, sobre a carência de serviços estatais capazes de garantir um melhor desenvolvimento

humano, através do acesso a educação, a informação, a moradia digna e as fontes de emprego. Considerando, por outra parte, que mais de dois séculos atrás boa parte destes territórios, contornados por rios e lagoas, não se achavam incluídos em nenhuma jurisdição nacional específica e eram, por isso, denominados campos neutrais. Cabe questionar se por acaso a ausência do Estado não teria se convertido no selo intangível da região. Porém, não seria justo falar hoje em dia de ausência de Estado nestas terras quando é possível notar uma firme presença das instituições militares nas áreas limítrofes de ambos países, com vastas áreas destinadas a instalações e recursos das forças armadas nacionais. Ou seja, não é que não exista presença do Estado, porém, seria outro o tipo de Estado que faz falta.

En América Latina (...) la presencia militar estatal suele ser más contundente en áreas limítrofes. Así, no se trata de que el Estado sea tácitamente «mínimo» en las fronteras, sino de que es mínimo para aquellas actividades que no son consideradas (desde los centros de decisión nacionales) fundamentales para la defensa de los intereses soberanos en cada momento político¹⁴.

Os conflitos armados, na história da região, foram o processo através do qual se estabeleceram os limites nacionais. A presença militar nas fronteiras sempre foi uma decisão estratégica, tanto para defender a conquista bélica – e masculina – como também para exibir o controle e poderio do Estado-nação sobre as terras. A presença do Estado na região de fronteira hoje continua voltada à defesa da soberania nacional sobre as áreas conquistadas, com se ainda estivessem expostas a algum tipo de invasão estrangeira. Atualmente, logo de transcorridos quase dois séculos sem conflitos bélicos entre brasileiros e uruguaios por disputas territoriais – desde que as fronteiras foram definitivamente demarcadas em 1827 –, seria oportuno questionar se as inversões e gastos do Estado na manutenção de quartéis, estabelecimentos, treinamentos e exibições de força militar na região ainda fazem sentido, principalmente quando a população não conta com instituições e serviços estatais que atendam diretamente suas necessidades primárias e lhe garantam o respeito aos seus direitos básicos.

4. Considerações finais

¹⁴ GUIZARDI, Menara. Las mujeres y las regiones fronterizas latinoamericanas: movilidades, violencias y agencias. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, 289, set-oct 2020. p. 70-80. Disponível em: <<https://www.nuso.org/revista/289/fronteras-latinoamericanas-mas-alla-de-los-limites/>>. Acesso em: 4 out 2021.

Lejos de constituir un pasado olvidado, la yuxtaposición entre militarización, nacionalización y violencia de género se materializa actualmente en estos espacios como una tensión social reiterativa. Las investigaciones registran que esta yuxtaposición se reproduce actualmente en la mayor parte de las fronteras latinoamericanas¹⁵

Este panorama de militarização das fronteiras, se vislumbra, no presente, como um resquício de diretrizes geopolíticas antigas que não foram revisadas e atualizadas diante do novo leque de ilicitudes que se cometem atualmente na região. Assim como é o caso das mulheres em situação de pobreza e indocumentadas, sem acesso aos serviços básicos, em estado de vulnerabilidade, alvos fáceis da exploração sexual, vítimas do tráfico de pessoas, da exploração do trabalho ilegal e da violência doméstica e de gênero.

Os controles e programas de governo, assim como a presença de instituições e de políticas estatais, nesta região que nos ocupa, não deveriam passar, na atualidade, por defender às zonas limítrofes de ameaças bélicas que não existem e sim por defender às populações vulneráveis diante dos perigos reais que padecem na região fronteiriça que habitam.

Referências bibliográficas

BANDEIRA, Lourdes Maria. Patriarcado, poder e violência. In: STEVENS, C.; OLIVEIRA, S.; ZANELLO, V. **Mulheres e violências: interseccionalidades**. Brasília, DF: Technopolitik, 2017. p. 14-35.

DELGADO, Nicolás. **La otra cara de la pandemia: las consultas por violencia doméstica aumentaron 25%**. El País, Montevideo, 25 nov 2020. Disponível em: <<https://www.elpais.com.uy/informacion/sociedad/consultas-violencia-domestica-aumentaron.html>>. Acesso em: 7 out 2020.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v. 14, n. 2, jul/dez 2009. p. 11-33. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/2176-6665.2009v14n2p11>.

GAGO, Verónica. **La potencia feminista: o el deseo de cambiarlo todo**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Tinta Limón, 2019.

GUIZARDI, Menara. **Las mujeres y las regiones fronterizas latinoamericanas: movilidades, violencias y agencias**. Nueva Sociedad, Buenos Aires, 289, set-oct

¹⁵ *Ibidem*.

2020. p. 70-80. Disponível em: <<https://www.nuso.org/revista/289/fronteras-latinoamericanas-mas-alla-de-los-limites/>>. Acesso em: 4 out 2021.

URUGUAY XXI. **A 90 años del voto en Sudamérica.** Uruguay Natural: promoción de inversiones, exportaciones e imagen país, Gobierno del Uruguay, 2017. Disponível em: <<https://marcapaisuruguay.gub.uy/90-anos-del-primer-voto-la-mujer-sudamerica/>>. Acesso em: 30 maio 2022.